



CENTRAIS SINDICAIS

PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA

Prioridades 2024

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS

CTB
Central da Classe Trabalhadora
do Estado de São Paulo

NCST
NOVA
CENTRAL

**FORÇA
SINDICAL**

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
BRASIL

UGT
União Geral dos Trabalhadores

INTER SINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

PÚBLICA
CENTRAL DO SERVIDOR
Movimento Nacional de Apoio ao Servidor



PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA

EMPREGO, DIREITOS, DEMOCRACIA E VIDA

PRIORIDADES PARA 2024

Brasília, 22 de maio de 2024

Em 2022 as Centrais Sindicais lançaram a **PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA**, documento no qual apresentaram 63 diretrizes para o desenvolvimento brasileiro a partir da perspectiva do mundo do trabalho.

A Pauta é fruto dos debates feitos nas bases de cada Central Sindical e consolidados nos documentos dos respectivos Congressos. A diversidade de propostas e posicionamentos foram reunidos em um documento base, que foi debatido em cada Central Sindical. As propostas recebidas foram novamente consolidadas e lançadas na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em abril de 2022.

Desde 2023 até o presente muitas propostas apresentadas na Pauta da Classe Trabalhadora foram encaminhadas pelo Governo Federal como, por exemplo: a retomada da política de valorização do salário mínimo; a política de igualdade salarial entre mulheres e homens nos locais de trabalho; a retomada ampliada do Bolsa Família; a recuperação dos espaços de participação institucional; a política de combate à fome e à pobreza; a correção da tabela de imposto de renda; o projeto elaborado na Mesa Nacional de Negociação que trata da regulação da proteção dos trabalhadores mediados por aplicativos; o grupo de trabalho para tratar da valorização da negociação coletiva e da atualização do sistema sindical e a regulamentação do direito de negociação dos servidores públicos, entre outros.

Essa é uma Pauta coletiva e a nossa referência para as lutas, mobilizações, negociações e atuações institucionais em nível nacional, regional e setorial.

Atualizamos na Plenária Nacional 2024 organizada pelas Centrais Sindicais, realizada em Brasília no dia 22 de maio, a **Pauta da Classe Trabalhadora** com as **prioridades para a atuação sindical no ano 2024**.

PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA

PRIORIDADES 2024

1. Atuar no enfrentamento e superação da tragédia climática e ambiental ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul, implementando as propostas apresentadas pelas Centrais Sindicais que estão reunidas no documento **“Enfrentamento da mudança climática e da emergência ambiental, perspectiva do trabalho, do emprego, da renda e dos direitos: respostas emergenciais e transformações estruturais a partir da tragédia do Rio Grande do Sul”**.
2. Encaminhar junto aos governos e órgãos competentes, com a participação das representações setoriais das entidades de base das Centrais Sindicais, as reivindicações e propostas das **categorias dos diversos setores econômicos, privados e públicos**.
3. Atuar para a implementação das **políticas de desenvolvimento produtivo**, criando e fortalecendo os instrumentos do **Estado** brasileiro para atuar como agente **promotor do desenvolvimento econômico e socioambiental sustentáveis**, com destaque para o papel estratégico dos bancos, empresas e serviços públicos, atendendo as características de diversidades **dos territórios para o desenvolvimento local e regional**.
4. Fortalecer as políticas de desenvolvimento para as **micro, pequenas e médias empresas**, a **economia solidária e popular** e as **cooperativas**, com destaque ao apoio tecnológico, crédito, assistência técnica e administrativa.
5. Ampliar os **investimentos em pesquisa, inovação, ciência e tecnologia**, articulados com a geração de empregos de qualidade e regulamentar o art. 7º, inc. XXVII, da Constituição, que prevê a **proteção dos trabalhadores frente a inovações tecnológicas**.
6. Atuar para a implementação do **Plano Nacional da Educação**.
7. Fortalecer o **SUS** (Sistema Único de Saúde) e as políticas de **saúde e segurança** no trabalho.



8. Aprovar a **reforma tributária que trata da renda**, orientada pela progressividade dos impostos sobre renda e patrimônio, aumento da tributação sobre grandes heranças e riquezas, lucros e dividendos.
9. Fortalecer a política de **moradia popular** e de implementação do Plano Nacional de **Saneamento Básico**.
10. Combater todas as formas de **desigualdades** e apoiar as políticas de enfrentamento e superação dessas iniquidades.

Trabalho, Emprego e Renda

11. Ampliar as **políticas ativas de geração de trabalho e renda** para enfrentar o desemprego, o subemprego, a rotatividade e a informalidade, orientadas pelos princípios do Trabalho Decente, conforme definição da OIT, com atenção especial para **mulheres, população negra, juventude, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência**.
12. **Recuperar direitos** trabalhistas, previdenciários e sociais retirados nos últimos anos.
13. Reduzir a **jornada de trabalho**, sem redução de salário e com controle das horas extras, eliminando as formas precarizantes de flexibilização da jornada.
14. Aprovar o **Projeto de Valorização da Negociação Coletiva no setor privado e público (Convenção 151 OIT) e de Atualização do Sistema Sindical**, fundado na autonomia sindical, visando a incentivar as negociações coletivas e a regulando para o setor público, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindicais, favorecendo a reestruturação da organização sindical para ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores e o respeito às assembleias, inclusive com o financiamento solidário e democrático da estrutura sindical.
15. Aprovar o **Projeto PLC 12/2024** que regulamenta os direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais dos trabalhadores mediados por plataformas no transporte de pessoas.



16. Implementar, por meio da negociação coletiva, nos acordos e convenções coletivas a **Lei de Igualdade Salarial** (Lei 14.661/2023) entre mulheres e homens nos locais de trabalho.
17. Fortalecer o **Ministério do Trabalho e Emprego** como coordenador do **sistema público de trabalho, emprego e renda** para garantir formação e qualificação profissional; intermediação pública de mão de obra; seguro-desemprego; política de transição escola trabalho para jovens; combate aos acidentes e doenças do trabalho; proteção e fiscalização das relações de trabalho, assegurando a aplicação dos direitos trabalhistas e previdenciários; combate às fraudes no uso de PJs (Pessoas Jurídicas) e MEIs (Microempreendedor Individual); e combate vigoroso ao trabalho infantil e ao trabalho análogo ao escravo.
18. Recuperar o poder de compra de **aposentados e pensionistas**.
19. Instituir a **Política Nacional de Cuidados**.
20. Fortalecer o **FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador** como financiador das políticas públicas de emprego, trabalho e renda e de lastro para o BNDES, eliminando as transferências deste Fundo para o financiamento da previdência social e fortalecer o **FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, na proteção do trabalhador e no financiamento de políticas de moradia, saneamento e infraestrutura social.

Central Única dos Trabalhadores

Força Sindical

União Geral dos Trabalhadores

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Nova Central Sindical de Trabalhadores

Central dos Sindicatos Brasileiros

Intersindical Central da Classe Trabalhadora

Publica Central do Servidor